



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

# Diário Oficial Eletrônico

## Edição Extra

Número 5240 Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul 19/03/2025

## Poder Executivo

### Conselho Municipal de Educação

#### Parecer CME Nº 6/2025

**Processo CME:** Processos individualizados por escola

**Assunto:** ALTERA o prazo determinado pelos Pareceres CME nº 78/2024 e 83/2024, que encerrou em 17 de fevereiro do corrente ano, para o atendimento de providências pelas Escolas de Educação Infantil particulares, constantes no Anexo I deste Parecer; PRORROGA O PRAZO EM ATÉ 30 (trinta) dias, para o atendimento de providências relativas ao processo de Recredenciamento das EEIs particulares, em andamento neste Conselho, enviando toda a documentação correlata ao Recredenciamento, em vigência.

**Aprovado em 18.03.2025**

**Conselheiros Comissão da Educação Infantil:** Alvoni Adão Prux dos Passos, Claiton Augusto Vargas Melo, Eduardo Fritsch, Fernanda Molin dos Passos, Lia Fernanda Stédile Dartora, Marina Dallegrave, Rita de Cássia B. Martins, Thaís Dedea.

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O Conselho Municipal de Educação do Município de Caxias do Sul (CME), com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações; das Leis Municipais nº 5.747, de 22 de novembro de 2001, e 6.403, de 15 de agosto de 2005 e suas alterações, bem como na Resolução CME nº 37/2017 e suas alterações, tem a incumbência de realizar o Credenciamento das Escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Caxias do Sul (SME) e a Autorização de Funcionamento das Etapas de Ensino oferecido pelas mesmas, bem como de realizar, anualmente, o processo de Recredenciamento de todas as Escolas de Educação Infantil (EEIs);

1.2. O processo de Credenciamento das Escolas é realizado, segundo a legislação vigente, durante os primeiros sessenta dias da data de emissão do respectivo Cadastro, mediante a apresentação de todos os documentos previstos e da verificação “in loco”, a fim de comprovar que a instituição dispõe de todas as condições necessárias ao atendimento educacional qualificado das crianças/estudantes. Também, durante o mês de agosto de cada ano, as escolas de Educação Infantil apresentam os documentos necessários ao seu Recredenciamento anual, conforme o § 4º, do artigo 42, da Resolução CME nº 37/2017, de forma a comprovar a continuidade do seu regular funcionamento;

1.3. Quando as escolas não conseguem apresentar todos os documentos ou as condições adequadas “in loco”, é deliberado, ou por iniciativa do Colegiado do Conselho Municipal de Educação ou mediante solicitação da escola interessada, um prazo para o atendimento das providências pendentes, como documentos ou adequação da edificação da escola ou, ainda, para a contratação de profissionais titulados;

1.4. Ao final de cada ano, após findados todos os prazos concedidos e não tendo a(s) escola(s) atendido a(s) providência(s) apontada(s), a(s) mesma(s) versa(m) em Parecer de indicação de escolas que permanecem em situação irregular; as EEIs que finalizaram o ano de 2024 em tal situação constaram nos Pareceres CME nº 78/2024 e 83/2024, de Irregularidades, com prazo máximo de sessenta dias para a entrega da documentação faltante a sua plena regularização; tal prazo encerrou em 17 de fevereiro;

1.5 O presente Parecer decorre da não entrega dos documentos referentes ao Processo de Recredenciamento anual referente a 2024, no prazo legal, bem como na prorrogação de prazo, concedido após decisão em plenária. As escolas que terão prorrogação de prazo em até 30 (trinta) dias constam no Anexo I do presente parecer.

#### 2. ANÁLISE DE MATÉRIA

2.1. Em cumprimento ao princípio da publicidade da gestão pública, que configura uma das dimensões da cidadania de forma a permitir o controle social do Poder Público pelos cidadãos, o presente Parecer vem indicar as Escolas de Educação Infantil que não regularizaram sua situação perante os órgãos públicos de controle e fiscalização referentes ao Recredenciamento/2024, para conhecimento da comunidade em geral;

2.2. Tais irregularidades ocorreram em vista da impossibilidade do atendimento pelas escolas das providências para Recredenciamento/2024 apontadas, no prazo previsto, por diversos motivos;

2.3. Conforme resolução supracitada no Art. 47, “O Conselho Municipal de Educação aplicará penalidades, de acordo com a natureza da irregularidade comprovada, quando comprometa o funcionamento da escola ou turmas de Educação Infantil, ou quando verificado o não cumprimento da proposta pedagógica, por meio da formação continuada, do planejamento e/ou sua efetivação, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório;

2.4. Findado o prazo estabelecido pelo parecer supracitado, para regularização das escolas junto a este Conselho e justificados os motivos pelos quais as mesmas não conseguiram cumprir o primeiro prazo para a execução das providências, a situação foi submetida a deliberação em sessão plenária. O Colegiado deliberou por analisar a situação das escolas com irregulares individualmente; por unanimidade, foi deliberado por prorrogação de 30 (trinta) dias de prazo para regularização das Escolas de

Educação Infantil particulares listadas no Anexo I do presente parecer; a não regularização das mesmas fica sujeita às sanções previstas na legislação vigente;

2.5. Este Conselho entende que a qualidade do ensino é diretamente proporcional às condições gerais de recursos humanos, recursos físicos, de materiais e de segurança disponíveis na efetivação do ensino. Para que as escolas possam realizar com eficiência seu propósito, não podem prescindir de profissionais devidamente habilitados, de prédios em boas condições de habitabilidade e segurança, equipamentos e materiais próprios suficientes e adequados. Essas condições devem ser efetivamente comprovadas na realidade da escola. Cabe a este Colegiado primar pela manutenção ou busca de condições adequadas ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas pertencentes a este Sistema Municipal de Ensino.

3. CONCLUSÃO

Face ao exposto e com base na legislação vigente, a Comissão da Educação Infantil do Conselho Municipal de Educação, conclui por:

3.1. ALTERAR o prazo determinado pelos Pareceres CME nº 78/2024 e 83/2024, que encerrou em 17 de fevereiro do corrente ano, para o atendimento de providências pelas Escolas de Educação Infantil particulares, constantes no Anexo I deste Parecer;

3.2. PRORROGAR O PRAZO EM ATÉ 30 (trinta) dias, para o atendimento de providências relativas ao processo de Recredenciamento das EEIs particulares, em andamento neste Conselho, enviando toda a documentação correlata ao Recredenciamento, em vigência.

Cópias do presente Parecer serão encaminhadas às escolas e suas mantenedoras, ao Ministério Público e à Secretaria Municipal da Educação, para conhecimento do atual processo em que se encontra a referida escola.

Aprovado, por unanimidade, em sessão plenária extraordinária, de 18 de março de 2025.

Alvoní Adão Prux dos Passos,  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

Este anexo, parte integrante do Parecer CME nº 6/2025, indica as escolas que encontram-se em SITUAÇÃO IRREGULAR devido a não terem atendido plenamente as providências para o seu Recredenciamento/2024, bem como as pendências de cada escola no referido processo, nos prazos concedidos.

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIVADAS

ESCOLA	Alvará Sanitário	Alvará de Bombeiros	Certidão Negativa de Débitos Municipal	Certidão Negativa de Débitos Federal	Contratação de profissionais (funcionários e/ou profissionais de educação e/ou Nutricionista) e Declaração Contador(a)	Escolarização/Titulação Quadro de Recursos Humanos	Preenchimento correto de todos os dados do Anexo IV	ATA de nomeação da Direção e Coordenação Pedagógica
EEI Crescer			X*	X				
EEI Doce Mundo (Notificação nº 74/2024 - QRH)			X	X	X*			
EEI Ninho da Coruja				X				

\* Pendências regularizadas em março de 2025.

Parecer CME Nº 7/2025

Processo CME: Processos individualizados por escola

Assunto: SUSPENDE a efetivação de novas matrículas de crianças nas Escolas de Educação Infantil constantes no Anexo I do presente Parecer, a contar do recebimento da cópia do mesmo, até a apresentação de toda a documentação correlata ao Processo

de Credenciamento/Recredenciamento; DETERMINA providências.

**Aprovado em 18.03.2025**

**Conselheiros Comissão da Educação Infantil:** Alvoní Adão Prux dos Passos, Claiton Augusto Vargas Melo, Eduardo Fritsch, Fernanda Molin dos Passos, Lia Fernanda Stédile Dartora, Marina Dallegrave, Rita de Cássia B. Martins, Thaís Dedeá.

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. O Conselho Municipal de Educação do Município de Caxias do Sul (CME), com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações; das Leis Municipais nº 5.747, de 22 de novembro de 2001, e 6.403, de 15 de agosto de 2005 e suas alterações, bem como na Resolução CME nº 37/2017 e suas alterações, tem a incumbência de realizar o Credenciamento das Escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Caxias do Sul (SME) e a Autorização de Funcionamento das Etapas de Ensino oferecido pelas mesmas, bem como de realizar, anualmente, o processo de Recredenciamento de todas as Escolas de Educação Infantil (EIs);

1.2. O processo de Credenciamento das Escolas é realizado, segundo a legislação vigente, durante os primeiros sessenta dias da data de emissão do respectivo Cadastro, mediante a apresentação de todos os documentos previstos e da verificação “in loco”, a fim de comprovar que a instituição dispõe de todas as condições necessárias ao atendimento educacional qualificado das crianças/estudantes. Também, durante o mês de agosto de cada ano, as escolas de Educação Infantil apresentam os documentos necessários ao seu Recredenciamento anual, conforme o § 4º, do artigo 42, da Resolução CME nº 37/2017, de forma a comprovar a continuidade do seu regular funcionamento;

1.3. Quando as escolas não conseguem apresentar todos os documentos ou as condições adequadas “in loco”, é deliberado, ou por iniciativa do Colegiado do Conselho Municipal de Educação ou mediante solicitação da escola interessada, um prazo para o atendimento das providências pendentes, como documentos ou adequação da edificação da escola ou, ainda, para a contratação de profissionais titulados;

1.4. Ao final de cada ano, após findados todos os prazos concedidos e não tendo a(s) escola(s) atendido a(s) providência(s) apontada(s), a(s) mesma(s) versa(m) em Parecer de indicação de escolas que permanecem em situação irregular; as EIs que finalizaram o ano de 2024 em tal situação constaram nos Pareceres CME nº 78/2024 e 83/2024, de Irregularidades, com prazo máximo de sessenta dias para a entrega da documentação faltante a sua plena regularização; tal prazo encerrou em 17 de fevereiro do corrente ano;

1.5 O presente Parecer decorre da não entrega dos documentos referentes ao Processo de Recredenciamento anual, no prazo legal, bem como na prorrogação de prazo, concedido após decisão em plenária. As escolas que terão suspensão de novas matrículas constam no Anexo I do presente parecer.

## 2. ANÁLISE DE MATÉRIA

2.1. Em cumprimento ao princípio da publicidade da gestão pública, que configura uma das dimensões da cidadania de forma a permitir o controle social do Poder Público pelos cidadãos, o presente Parecer vem indicar as Escolas de Educação Infantil que não regularizaram sua situação perante os órgãos públicos de controle e fiscalização referentes ao Recredenciamento/2024, para conhecimento da comunidade em geral;

2.2. Tais irregularidades ocorreram em vista da impossibilidade do atendimento pelas escolas das providências para Recredenciamento/2024 no prazo previsto, por diversos motivos;

2.3. Conforme resolução supracitada no Art. 47, “O Conselho Municipal de Educação aplicará penalidades, de acordo com a natureza da irregularidade comprovada, quando comprometa o funcionamento da escola ou turmas de Educação Infantil, ou quando verificado o não cumprimento da proposta pedagógica, por meio da formação continuada, do planejamento e/ou sua efetivação, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório;

2.4. Findado o prazo estabelecido pelo parecer supracitado, para regularização das escolas junto a este Conselho e justificados os motivos pelos quais as mesmas não conseguiram cumprir o primeiro prazo para a execução das providências, a situação foi submetida a deliberação em sessão plenária. O Colegiado deliberou por analisar a situação das escolas com irregulares individualmente; por maioria, foi deliberado por suspensão de novas matrículas nas Escolas de Educação Infantil particulares listadas no Anexo I do presente parecer; a não regularização das mesmas fica sujeita às demais sanções previstas na legislação vigente;

2.5. Este Conselho entende que a qualidade do ensino é diretamente proporcional às condições gerais de recursos humanos, recursos físicos, de materiais e de segurança disponíveis na efetivação do ensino. Para que as escolas possam realizar com eficiência seu propósito, não podem prescindir de profissionais devidamente habilitados, de prédios em boas condições de habitabilidade e segurança, equipamentos e materiais próprios suficientes e adequados. Essas condições devem ser efetivamente comprovadas na realidade da escola. Cabe a este Colegiado primar pela manutenção ou busca de condições adequadas ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas pertencentes a este Sistema Municipal de Ensino.

## 3. CONCLUSÃO

Face ao exposto e com base na legislação vigente, a Comissão da Educação Infantil do Conselho Municipal de Educação, conclui por:

3.1. SUSPENDER a efetivação de novas matrículas de crianças nas escolas constantes no Anexo I do presente Parecer, a contar do recebimento da cópia do mesmo, até a apresentação de toda a documentação correlata ao Processo de Credenciamento/Recredenciamento;

3.2. DETERMINAR as seguintes providências:

3.2.1. ENVIAR ao CME, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do presente Parecer, a relação das crianças matriculadas em todas as turmas da Escola, até a presente data, a qual deve ser organizada por agrupamento, constando nome e data de nascimento de cada criança, nome e contato dos responsáveis pelas mesmas;

3.2.2. INFORMAR às Escolas que, para cessação do efeito do presente Parecer, devem as mantenedoras comprovar, junto a este

Órgão, a plena regularização da oferta da etapa da Educação Infantil, conforme determina a legislação vigente, enviando toda a documentação correlata ao Recredenciamento, em vigência;

3.2.3. CONSIDERAR o alerta de que o não atendimento ao descrito no presente Parecer, nos prazos supra, poderá acarretar a aplicação das demais sanções previstas no art. 47, da Resolução CME nº 37/2017.

Cópias do presente Parecer serão encaminhadas às escolas e suas mantenedoras, ao Ministério Público e à Secretaria Municipal da Educação, para conhecimento do atual processo em que se encontra a referida escola.

Aprovado, por unanimidade, em sessão plenária extraordinária, de 18 de março de 2025.

Alvoní Adão Prux dos Passos,  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

Este anexo, parte integrante do Parecer CME nº 7/2025, indica as escolas que encontram-se em SITUAÇÃO IRREGULAR devido a não terem atendido plenamente as providências para o seu **Recredenciamento/2024**, bem como as pendências de cada escola no referido processo, nos prazos concedidos.

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIVADAS

ESCOLA	Alvará Sanitário	Alvará de Bombeiros	Certidão Negativa de Débitos Municipal	Certidão Negativa de Débitos Federal	Contratação de profissionais (funcionários e/ou profissionais de educação e/ou Nutricionista) e Declaração Contador(a)	Escolarização/Titulação Quadro de Recursos Humanos	Preenchimento correto de todos os dados do Anexo IV	ATA de nomeação da Direção e Coordenação Pedagógica
EEI Aldeia dos Anjos	X							
EEI Caminhos da Vida	X							
EEI Turminha da Alegria	X	X	X*		X*			

\* Pendências regularizadas em março de 2025.

Parecer CME Nº 8/2025

**Processo CME:** Processos CME nº 20/2013 e 03/2014

**Assunto:** DESCREDENCIA, por mudança de sede, a Escola de Educação Infantil REINO DA CRIANÇA situada na Rua Aleixo de Stefani, nº 665, Bairro Jardim Eldorado, em Caxias do Sul, para a oferta da Educação Infantil; ALTERA o Cadastro da mesma Escola nº 020/2013 junto ao CME, adequando para o novo endereço: Avenida Rio Branco, nº 17, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul; CREDENCIA e AUTORIZA o Funcionamento da Escola de Educação Infantil Reino da Criança para a oferta da Educação Infantil na faixa etária de 0 a 5 anos e onze meses, no novo endereço; CESSA o efeito do Parecer CME nº 073/2024, que Suspendeu a Realização de Novas Matrículas na escola, e CONSIDERA cumpridas as providências elencadas no mesmo.

**Aprovado em 18.03.2025.**

**Conselheiros Comissão da Educação Infantil:** Alvoní Adão Prux dos Passos, Claiton Augusto Vargas Melo, Eduardo Fritsch, Fernanda Molin dos Passos, Lia Fernanda Stédile Dartora, Marina Dalleggrave, Rita de Cássia B. Martins, Thaís Dedea.

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A Mantenedora da Escola de Educação Infantil Reino da Criança, credenciada e autorizada a funcionar na Rua Aleixo de Stefani, nº 665, Bairro Jardim Eldorado, CEP 95059-020, em Caxias do Sul, obteve, em 2013, o cadastro junto ao Conselho Municipal de Educação (CME) e, em 2015, o Credenciamento e Autorização de Funcionamento na Categoria B, Alterada para a Categoria A pelo Parecer CME nº 041/2015;
- 1.2. Em 13 de maio de 2024, a escola encaminhou e-mail informando mudança de endereço para Avenida Rio Branco, nº 17, Bairro Ana Rech, CEP 95060-145, em Caxias do Sul;
- 1.3. A partir da informação da escola sobre a mudança de endereço, a assessoria da Educação Infantil realizou orientações por telefone e por e-mail à escola, com vistas à sua regularização;
- 1.4. Em 12 de novembro de 2024, a escola entregou a documentação completa para o cadastro no novo endereço; a documentação para Credenciamento e Autorização de Funcionamento em novo endereço permaneceu pendente;
- 1.5. A escola constou no Parecer CME nº 60/2024, que determinou prazo até 30 de novembro de 2024 para o atendimento das providências relativas ao processo de Recredenciamento/2024 e Credenciamento e Autorização de Funcionamento;
- 1.6. Não atendidas as pendências para Credenciamento e Autorização de Funcionamento determinadas no Parecer CME nº 60/2024, a escola constou no Parecer CME nº 73/2024, de Suspensão de Novas Matrículas;
- 1.7. No dia 10 de fevereiro de 2025, foi realizada vistoria in loco pela Comissão de Educação Infantil, a fim de verificar as condições de funcionamento da escola, alertar sobre as pendências para Credenciamento e Autorização de Funcionamento e solicitar a listagem das crianças matriculadas na escola, conforme determinou o Parecer CME nº 73/2024; a listagem não havia sido entregue;
- 1.8. Após a vistoria, a escola encaminhou documentação, no entanto, restaram pendências no Quadro de Recursos Humanos;
- 1.9. Pelos motivos expostos, a situação da escola foi apresentada ao Colegiado na plenária de 11 de março de 2025, o qual deliberou pela suspensão de cadastro da Escola de Educação Infantil Reino da Criança caso a documentação não fosse regularizada até 18 de março;
- 1.10. A escola foi informada sobre a deliberação do Colegiado por meio do Ofício CME nº 035/2025, em 12 de março de 2025; também foi realizado contato telefônico com a proprietária;
- 1.11. Em 17 de março de 2025, a escola encaminhou documentação referente ao Quadro de Recursos Humanos, regularizando as pendências documentais;
- 1.12. Em 17 de março, a Comissão de Educação Infantil realizou vistoria in loco, com vistas ao Credenciamento e Autorização de Funcionamento da escola em novo endereço.

## 2. PROCESSO

No processo constam os seguintes documentos:

- 2.1. Ofício datado de 13 de maio de 2024, subscrito pela proprietária, solicitando permissão para a mudança de endereço da escola;
- 2.2. Justificativa do pedido, subscrita pela Diretora da Escola;
- 2.3. Certidões Negativas de Débito da Entidade Mantenedora nas Fazendas Públicas Federal e Municipal;
- 2.4. Cópia do Alvará de Licença para Localização nº 697279, inscrição municipal nº 132140;
- 2.5. Cópia do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - APPCI nº 11216, referente ao PSPCI nº 37216/1, válido até 13 de junho de 2029;
- 2.6. Cópia do Alvará Sanitário nº 699146, com validade até 30 de janeiro de 2026;
- 2.7. Cópia do contrato de locação do imóvel onde está instalada a Escola;
- 2.8. Cópia da planta baixa do prédio da Escola;
- 2.9. Formulário próprio, contendo dados de identificação da Escola, informações sobre a estrutura física e de equipamentos, sobre o corpo docente, corpo técnico de apoio e corpo discente;
- 2.10. Cópias de e-mails com orientações enviados à Mantenedora, com solicitação de documentos;
- 2.11. Cópias de e-mails, documentos e ofícios recebidos da escola justificando a demora na entrega da documentação solicitada;
- 2.12. Cópia da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar;
- 2.13. Termo de Vistoria realizada à escola em 10 de fevereiro de 2025 e relação das crianças matriculadas na escola;
- 2.14. Cópia do Ofício CME nº 035/2025, enviado à escola em 12 de março de 2025;
- 2.15. Relatório e Termo de Vistoria à Escola da Comissão Verificadora do Conselho Municipal de Educação.

## 3. ANÁLISE DA MATÉRIA

A análise das peças do processo, com base na legislação vigente e, conforme vistoria realizada "in loco", permite constatar que a Escola, em suas novas dependências, oferece condições de atendimento das funções de educar e cuidar das crianças na etapa da Educação Infantil, mediante as seguintes considerações:

- a) A Escola atende, atualmente, 48 crianças, sendo 29 de creche (de 0 a 3 anos e 11 meses) e 19 de pré-escola (de 4 anos a 5 anos e 11 meses).
- b) A edificação está instalada num terreno de 28.313,07 m<sup>2</sup>, com o total de área construída de 279,60 m<sup>2</sup>. O prédio é de alvenaria, construído em um bloco com dois pavimentos, dispondo de: Pavimento Térreo: recepção e secretaria, área higiênico-sanitária para público, PNE e vestiário, área de circulação, três salas de atividades, sendo uma destinada ao Berçário, outra ao Maternal I e uma sem uso, no momento, cozinha/lactário. Pavimento Superior: área de recreação coberta com varanda, duas áreas de circulação, três salas de atividades destinadas ao Maternal II, Pré I e Pré II, sendo uma delas com banheiro adaptado e varanda contíguos, sanitário infantil adaptado.
- c) A acessibilidade é facilitada com rampa de acesso na entrada da escola. O Projeto Arquitetônico da escola possui espaço destinado à instalação de plataforma elevatória.
- d) A escola dispõe de sistema interno de monitoramento através de câmeras em todos os espaços.
- e) A sala da direção/secretaria encontra-se equipada para o fim a que se destina. A documentação das crianças encontra-se arquivada em ordem alfabética. Há armários individuais para os pertences das funcionárias.

- f) A cozinha e o refeitório encontram-se mobiliados e adequadamente equipados.
- g) Há duas áreas de lazer externas, localizadas na frente e nos fundos da escola, ambas com gramado e brinquedos.
- h) Os Alvarás de Localização, de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) e Sanitário encontram-se em vigência.
- i) Todas as salas referência dispõem de mobiliário adequado à faixa etária. Dispõem de materiais pedagógicos, jogos, brinquedos, materiais de uso individual e comum. A sala do Berçário dispõe de trocador, água quente, berços, tatames e brinquedos; a sala do Maternal I também possui trocador, água quente e tatames, além de mesa e cadeirinhas. O repouso das crianças é realizado nas salas referência com caminhas empilháveis.
- j) As áreas higiênico-sanitárias infantis estão adaptadas e dispõem de sabonete líquido e papel toalha.
- k) As funções de direção e coordenação pedagógica da Escola são exercidas pela proprietária, com titulação e a experiência docente exigida pela legislação vigente. O corpo docente é composto por cinco profissionais da educação, com a titulação exigida para atuar nessa etapa de ensino, e três auxiliares de apoio docente com a formação adequada. A cozinheira e a auxiliar de limpeza possuem Ensino Fundamental completo. A Escola dispõe de nutricionista para orientação da alimentação oferecida.
- l) A Escola possui Proposta Pedagógica e respectivo Regimento Escolar, o qual encontra-se aprovado pelo CME. O planejamento pedagógico é realizado periodicamente. A escola possui Planos de Estudo que contemplam o DOCCX.
- m) A Escola apresenta boas condições de higiene, conservação, organização, saneamento e de iluminação.

#### 4. CONCLUSÃO

Face ao exposto e com base na legislação vigente, a Comissão de Educação Infantil deste Conselho conclui por:

- 4.1. DESCREDENCIAR, por mudança de sede, a Escola de Educação Infantil Reino da Criança, situada na Rua Aleixo de Stefani, nº 665, Bairro Jardim Eldorado, em Caxias do Sul, para a oferta da Educação Infantil;
- 4.2. ALTERAR o Cadastro da mesma Escola nº 020/2013 junto ao CME, adequando para o novo endereço: Avenida Rio Branco, nº 17, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul;
- 4.3. CREDENCIAR e AUTORIZAR o funcionamento da Escola de Educação Infantil Reino da Criança para a oferta da Educação Infantil na faixa etária de 0 a 5 anos e onze meses, no novo endereço, estando a mesma enquadrada na Categoria A;
- 4.4. CESSAR o efeito do Parecer CME nº 073/2024, que Suspendeu a Realização de Novas Matrículas na escola, e CONSIDERAR cumpridas as providências elencadas no mesmo;
- 4.5. RESPONSABILIZAR a Mantenedora da Escola de Educação Infantil Reino da Criança para:
  - cumprir o disposto nas Leis federais nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, no Parecer CME nº 005/2005, quanto ao ingresso obrigatório de educandos a partir dos 6 anos de idade no Ensino Fundamental com nove anos de duração;
  - atualizar, anualmente, dados no Sistema EDUCACENSO, atas de resultados finais, Boletim Estatístico, solicitados pelo setor de Escrituração Escolar da SMED, bem como o cumprimento das determinações contidas nos artigos 3º e 4º da Resolução CME nº 16/2007 e suas alterações, no que se refere ao RECRENCIAMENTO do estabelecimento de ensino credenciado e autorizado, identificado como Anexo IV, no prazo de entrega de 1º a 31 de agosto;
  - manter o Cadastro atualizado junto ao CME, informando qualquer alteração de razão social, nome fantasia, contrato social, CNPJ, troca de proprietários, ampliação de espaços ou mudança de endereço, a fim de que a escola seja credenciada a funcionar no espaço/endereço novo;
  - manter o quadro de recursos humanos completo, observando o que dispõe a legislação vigente relativamente à titulação necessária dos profissionais para atuar na escola, os respectivos agrupamentos de crianças, espaço físico e faixa etária, observada a relação numérica crianças/número de profissionais da educação;
  - observar o disposto na Lei Federal nº 14.811 de 12/01/2024, artigo 59 que diz: “As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”;
  - respeitar as orientações dadas às escolas referentes à contratação de pessoas estrangeiras tanto no que diz respeito à legalização no país quanto à revalidação da documentação que comprove a escolaridade/titularidade para o cargo/função que pretende exercer;
  - conferir os originais de toda documentação correlata ao ANEXO IV (diplomas, certificados, comprovantes e etc);
  - ampliar e atualizar, permanentemente, o acervo bibliográfico, dos materiais e dos brinquedos, visto que tais recursos são imprescindíveis para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e para o aperfeiçoamento da proposta pedagógica;
  - observar os vencimentos dos alvarás sanitário e de prevenção e proteção contra incêndio, a fim de mantê-los devidamente atualizados;
  - observar os aspectos estabelecidos na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, na Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009 e na Lei Municipal nº 6.194, de 1º de maio de 2004, que consolidam a legislação relativa à pessoa com deficiência, no que se refere à acessibilidade;
  - realizar a manutenção permanente e observar as normas técnicas quanto à instalação e segurança dos parques infantis;
  - estar atento ao que preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD-Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
  - trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, parte integrante do currículo das escolas de educação infantil do Município de Caxias do Sul e das escolas de ensino fundamental, pertencentes à Rede Municipal de Ensino, em todas as modalidades, conforme preconiza a Resolução CME nº 21, de 3 de maio de 2011, cabendo à mantenedora o envio ao CME, de relatório anual detalhado, apresentando atividades realizadas, êxitos e dificuldades de ensino e aprendizagem no cumprimento do que preceitua a presente Resolução;

- ter conhecimento do que preconiza a Portaria Estadual 940/2022, que estabelece o regulamento técnico para licenciamento de Estabelecimentos de Educação Infantil bem como a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018 - Lei Lucas, que prevê a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros de, pelo menos, um funcionário de instituições escolares, visando à obtenção do Alvará Sanitário;

- manter atualizado o mural na entrada da escola contendo Cadastro junto ao CME, Certificado de Credenciamento, Alvarás atualizados, Cardápio, e demais certificados solicitados por outras secretarias.

Aprovado, por unanimidade, em sessão plenária extraordinária, de 18 de março de 2025.

Alvoní Adão Prux dos Passos,  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

# COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL CODECA

CODECA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL

EDITAL 012/2025 - PROCESSO SELETIVO 002/2023

## CONVOCAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, Sociedade de Economia Mista, localizada na RSC 453, nº 31.382 - Bairro: Centenário, nesta cidade, vem convocar a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) para comparecer(em) junto ao DEPARTAMENTO PESSOAL, a fim de tratar de assunto referente a sua admissão, conforme aprovação no EDITAL 002/2023 / PROCESSO SELETIVO 002/2023:

EDITAL 002/2023 / PROCESSO SELETIVO 022/2023:

**Cargo: COLETOR:**

**AMPLA CONCORRÊNCIA:**

Classificação	Inscrição	Nome
67º	473001432	EDUARDO FERREIRA DE OLIVEIRA
68º	473001647	RAFAEL LUCAS DA SILVA

EDITAL 002/2023 / PROCESSO SELETIVO 02/2023:

**Cargo: MOTORISTA:**

**AMPLA CONCORRÊNCIA:**

Classificação	Inscrição	Nome
74º	473004500	EDINEI LUIS BISOL

Comunicamos ainda que o não comparecimento dentro de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da publicação deste, implicará automaticamente na desistência do candidato à sua vaga.

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Alexander Almeida de Mello

Gerente Relações Trabalhistas

CODECA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL

EDITAL 014/2025 - PROCESSO SELETIVO 001/2024

CONVOCAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, Sociedade de Economia Mista, localizada na RSC 453, nº 31.382 - Bairro: Centenário, nesta cidade, vem convocar a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) para comparecer(em) junto ao DEPARTAMENTO PESSOAL, a fim de tratar de assunto referente a sua admissão, conforme aprovação no EDITAL 001/2024 / PROCESSO SELETIVO 001/2024:

EDITAL 001/2024 / PROCESSO SELETIVO 001/2024:

Cargo: AUXILIAR DE LIMPEZA 44 HORAS:

AMPLA CONCORRÊNCIA:

Classificação	Inscrição	Nome
21º	8260000344	IAZODARA COITINHO CAMELO GUSMÃO
22º	8260000542	JUCIANE SALETE CARCHESKI
23º	8260000348	THALIA DE TOMASI DA SILVA
24º	8260000503	JÉSSICA EULÁLIA DOS SANTOS
25º	8260000091	ELISIANE PORTOLAN DA SILVA
26º	8260000493	JANETE TAVARES DE ARAUJO

EDITAL 001/2024 / PROCESSO SELETIVO 001/2024:

Cargo: MERENDEIRA 44 HORAS:

AMPLA CONCORRÊNCIA:

Classificação	Inscrição	Nome
36º	8280000380	ELIANE DA SILVA PIRES STUMPF
37º	8280000381	CLEDI DAS CHAGAS DOS SANTOS
38º	8280000494	SILVANA DA GAMA ROSSI

Comunicamos ainda que o não comparecimento dentro de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da publicação deste, implicará automaticamente na desistência do candidato à sua vaga.

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Alexander Almeida de Mello  
Gerente Relações Trabalhistas

CODECA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL

EDITAL 20/2025 - PROCESSO SELETIVO 002/2024

CONVOCAÇÃO



A Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, Sociedade de Economia Mista, localizada na RSC 453, nº 31.382 - Bairro: Centenário, nesta cidade, vem convocar a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) para comparecer(em) junto ao DEPARTAMENTO PESSOAL, a fim de tratar de assunto referente a sua admissão, conforme aprovação no EDITAL 002/2024 / PROCESSO SELETIVO 002/2024:

EDITAL 002/2024 / PROCESSO SELETIVO 002/2024:

**Cargo: CAPINADOR II:**

**AMPLA CONCORRÊNCIA:**

Classificação	Inscrição	Nome
41º	8930003479	KAUANDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS

Comunicamos ainda que o não comparecimento dentro de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da publicação deste, implicará automaticamente na desistência do candidato à sua vaga.

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Alexander Almeida de Mello  
Gerente Relações Trabalhistas

CODECA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL

EDITAL N. 07/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2024

CONVOCAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, Sociedade de Economia Mista, localizada na RSC 453, nº 31.382 - Bairro: Centenário, nesta cidade, vem convocar a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) para comparecer(em) junto ao DEPARTAMENTO PESSOAL, a fim de tratar de assunto referente a sua admissão, conforme aprovação no EDITAL N. 001/2025 / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2025:

EDITAL N. 001/2025 / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2025:

**Cargo: COZINHEIRO(A) 44 HORAS:**

**AMPLA CONCORRÊNCIA:**

Classificação	Inscrição	Nome
22º	20250217104555	ADRIANA SILVA DOS SANTOS
23º	20250228140851	MARA DE JESUS OLIVEIRA ALMEIDA SILVA

Comunicamos ainda que o não comparecimento dentro de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da publicação deste, implicará automaticamente na desistência do candidato à sua vaga.

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Alexander Almeida de Mello  
Gerente Relações Trabalhistas

SÚMULA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2025** - Contratada: **CAR SUL AUTO LOCADORA LTDA**. Objeto: contratação de empresa para locação de veículos tipo Picapes para uso do Departamento de Construção Civil (DCC), pelo período de 120 (cento e vinte)

dias. O prazo de vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura deste Instrumento. Vigência: 18/03/2025 a 18/07/2025. O valor total deste Contrato é R\$ 31.032,00 (trinta e um mil e trinta e dois reais).

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 113/2025** - Contratada: **TECHFER COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA.** Objeto: Aquisição de EPIs, em caráter emergencial. Data da Dispensa: 17/03/2025. Valor da aquisição: R\$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais).

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 113/2025** - Contratada: **CENCI & CIA LTDA.** Objeto: Aquisição de EPIs, em caráter emergencial. Data da Dispensa: 17/03/2025. Valor da aquisição: R\$ 1.652,00 (um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Maria de Lourdes Fagherazzi Martins da Silva - Diretora-Presidente

Gabriel Ribeiro Ramos - Diretor Administrativo-Financeiro

#### DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei Municipal nº 8.038, de 11 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 18.165, de 2 de maio de 2016. Rua Alfredo Chaves, nº 1333, Caxias do Sul/RS. Editado pela Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Responsáveis:

PODER EXECUTIVO: Prefeito Adiló Angelo Didomenico. PODER LEGISLATIVO: Presidente Lucas Caregnato. Publicação: Secretaria de Governo do Município de Caxias do Sul.

# Índice

<b>Poder Executivo - Conselho Municipal de Educação .....</b>	<b>1</b>
<b>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS DO SUL CODECA .....</b>	<b>7</b>

